



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges

### CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE EM PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

#### DESPACHO

#### **Notícia de irregularidade n. 097.2021.599**

Trata-se de notícia de irregularidade encaminhada por Leonardo Martins Brum, instaurada no âmbito do Ministério Público de Contas com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na contratação, sem licitação, da Associação Municipal Micro Região Médio Rio Pomba – AMERP –, pela Prefeitura Municipal de Pirapetinga/MG.

A notícia foi instruída com documentos.

Distribuído, veio o procedimento concluso a esta Procuradora.

Intimado, o Prefeito municipal de Pirapetinga não apresentou documentos.

É o relatório, no essencial.

Em síntese, o noticiante alega que a contratação da AMERP foi realizada pela Prefeitura Municipal de Pirapetinga de forma irregular, sem o devido procedimento licitatório, e que o Município já efetuou diversos empenhos destinados à Associação contratada, no valor total de R\$553.771,35, de janeiro a junho do ano de 2021.

Foram então realizadas diligências de ofício por esta Procuradora no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Pirapetinga<sup>1</sup>. Contudo, não foi possível

---

<sup>1</sup> Disponível em <<http://pirapetinga.mg.gov.br/transparencia/>>. Acesso em 22/02/2022.



## **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges**

encontrar informações relacionadas à AMERP.

Já em diligências realizadas no Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM – e nos demais sistemas de investigação aos quais este Ministério Público de Contas tem acesso, verificou-se a existência de empenhos e pagamentos realizados pelo Município à associação em questão, no exercício de 2021. No entanto, não foi possível encontrar o contrato realizado entre as partes ou ajuste similar, bem como eventual procedimento licitatório ou de licitação dispensada.

Com o intuito de auxiliar no juízo de admissibilidade, foi oportunizada a manifestação do denunciado que, intimado, não se manifestou.

Assim, diante dos indícios de irregularidades e com o intuito de colher elementos para identificação do denunciado e do objeto, para fins de complementar a informação ou documentação recebida, determino a instauração de Procedimento Preparatório, nos termos da Portaria que acompanha o presente despacho.

Em seguida, requisito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, do prefeito municipal Pirapetinga/MG e do controlador-geral do mesmo Município, todos os documentos relacionados às contratações da AMERP relacionadas a empenhos realizados no ano de 2021 (conforme consta da petição inicial da presente denúncia), tais como os contratos ou instrumentos congêneres e procedimentos licitatórios ou de licitação dispensada.

Diante do exposto, nos termos do art. 4º, §1º, da Resolução MPC/MG n. 14/2019, determino:

- I** – a juntada do relatório dos pagamentos realizados pela Prefeitura Municipal de Pirapetinga no exercício de 2021, retirado do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM;
- II** – à Secretaria do Ministério Público de Contas, que proceda à publicação da Portaria que segue em anexo ao presente despacho;
- III** – à Secretaria do Ministério Público de Contas, que encaminhe cópia da presente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Gabinete da Procuradora Maria Cecília Borges**

manifestação (e da petição inicial da presente denúncia) ao Prefeito Municipal de Pirapetinga e ao controlador-geral do mesmo Município, requisitando dos mesmos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, cópias de todos os documentos referentes às contratações da AMERP pelo Município de Pirapetinga/MG, relacionadas a empenhos realizados no ano de 2021 (conforme petição inicial da presente denúncia), tais como os contratos ou instrumentos congêneres e procedimentos licitatórios ou de licitação dispensada.

Os documentos enviados deverão ser juntados aos presentes autos.

Cumpridas as diligências ou findos os prazos estipulados, retornem os autos conclusos ao Gabinete desta Procuradora.

Belo Horizonte, 24 de junho de 2022.

*(Assinado digitalmente)*

**Maria Cecília Borges**

Procuradora do Ministério Público / TCE-MG